

ATA DA 14ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na sala de reuniões da Diretoria de Infraestrutura (DIE), localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Laudenir Fernando Petroncini, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º e V); 6) juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), e 7) servidor Guilherme Peres Fiuza Lima, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto. O juiz Laudenir Fernando Petroncini, Presidente do Comitê, iniciou a reunião trazendo o assunto das DTRs à discussão. Após amplo debate, duas preocupações do grupo permanecem: a equivalência de remuneração entre servidores dos cartórios e das DTRs e a supervisão jurisdicional. Na sequência, a Resolução 219 entrou em pauta. A Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN), nas pessoas de seu coordenador, João Anfilóquio Machado Júnior, e dos servidores Marco Túlio Dolberth e Rafael Ulguim da Rosa Oliveira, estiveram presentes na reunião e apresentaram a proposta encaminhada ao CNJ, relativa à implementação das diretrizes da Resolução 219 do CNJ. Uma das soluções apresentadas pela ASPLAN foi sobre o projeto em andamento no Tribunal para a criação de uma diretoria na estrutura do Tribunal de Justiça voltada aos assuntos de primeiro grau, denominada Diretoria de Cumprimento e Apoio Processual Remotos do Primeiro Grau (DCPG). Pelo Comitê, foram feitos vários questionamentos e críticas a essa proposta, como, por exemplo, mais uma vez se propõe aumentar a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça sem que isso impacte positivamente no problema constatado, que é a insuficiência de pessoal na atividade fim do primeiro grau de jurisdição. Seriam mais gratificações para funções administrativas, cargos criados na estrutura do Tribunal, o que demonstra a

**COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

tendência de que o primeiro grau continue sendo negligenciado. Pela assessoria da ASPLAN também foi informado que o primeiro ciclo de ajuste orçamentário deve começar em vinte e sete de março e que o calendário será informado oportunamente ao Comitê. A reunião encerrou-se às 13 horas. Nada mais havendo para constar, encerra-se a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Laudenir Fernando Petroncini
PRESIDENTE DO COMITÊ
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves
SERVIDOR ESCOLHIDO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES DO PRIMEIRO GRAU

Jussara Schittler dos Santos
Wandscheer
REPRESENTANTE DA AMC

Guilherme Peres Fiuza Lima
REPRESENTANTE SINJUSC